

Imperialismo: o incômodo do conceito e a aceitação do real que expressa

Por **Mauro Luis Iasi**

Blog Boitempo, 14/02/2026

“Qualquer coisa mudou numa parte da realidade, (...) Qual é a ciência que tem conhecimento para isto?”
— **Alberto Caeiro** (heterônimo de Fernando Pessoa)

Alguns debates políticos e acadêmicos, por vezes, tentam decretar a morte de um determinado conceito. A razão alegada são as profundas mudanças históricas presenciadas, o que levaria à necessidade de novos conceitos que o substituíssem. Para nós, marxistas, não há dúvidas de que os conceitos são a expressão do real, de forma que, como dizia Lukács (2005, p. 42), não podem ser tratados como realidades imutáveis ao gosto do dogmatismo positivista.

Entretanto, devemos considerar que nada na história é sempre absolutamente novo, de maneira que conhecemos mudanças de forma que abrigam a mesma substância, enganando os mais desatentos. O contexto histórico atual tem tido uma imensa capacidade de desorientar os incautos e mesmo analistas respeitadas. Tudo que é sólido se esvanece no ar, e o mundo se torna pós-capitalista, pós-industrial, pós-moderno... com isso perderiam o sentido conceitos como “classes”, “ideologia” e — entrando em nosso tema — “imperialismo”.

Meu querido e competente orientador na USP — o professor Sedi Hirano — me dizia que toda vez que aparecem termos como “*pós*”, “*semi*”, “*pré*” e outros similares, estamos na verdade diante de, em suas palavras, “conceitos ortopédicos”. Isto é, eles ocupam o lugar de conceitos precisos que possam compreender a realidade ainda desconhecida. Diante do desconhecido, tendemos a explicá-lo pelo que conhecemos, daí o uso de tais próteses.

O mundo e a história, em constante mudança, desafiam nossa compreensão. A única maneira de enfrentar esse dilema é a precisa análise que se debruça sobre as determinações, nos permitindo ir da aparência caótica do todo até as relações e determinações complexas. Quando o conhecimento não tende à totalidade ele pode se enganar com um ou outro aspecto que se mostra mais evidente.

Dessa forma, fomos apresentados a conceitos sedutores como “globalização”, “financeirização” e outros que teriam a suposta capacidade de explicar o mundo novo, pós-industrial e pós-moderno. A nova ordem internacional posterior ao desmonte da URSS e, portanto, à Guerra Fria, levou os incautos a afirmações taxativas, como as de Fukuyama sobre o fim da história. Alguns imaginaram tal cenário como a idílica humanidade sem guerras e gerida por instituições internacionais como a ONU, sob a consolidação do Estado democrático e a economia de mercado. O ex-deputado Eduardo Jorge chegou a imaginar o fim dos exércitos por pura inutilidade diante de tal cenário...

Mas vejamos como um elemento óbvio não foi considerado: essa nova ordem desconhecida e inusitada se apresentava como uma economia de mercado; e sua expressão política, como democracia. A sociedade pós-industrial continuava a produzir e reproduzir a forma mercantil, e o mercado global absorvia mesmo as nações mais distantes nos ditames do mercado, da acumulação e da civilização do capital. Não apenas os fundamentos de uma determinada forma de sociedade pareciam continuar ativos como as consequências esperadas

continuavam se apresentando, como o aumento das desigualdades, a enorme concentração de propriedade e riquezas, a intensificação da exploração do trabalho e a continuidade, mais que isso, a intensificação das guerras, transformando o sonho idílico em pesadelo.

Para os mais atentos, tratava-se de uma nova forma de nossa velha conhecida, a sociedade capitalista, e sua incontornável lei geral da acumulação. Assim, o *totalmente novo* começa a invocar fantasmas e profanar túmulos de onde emergem ditaduras, fascismos, golpes de Estado, invasões e toda sorte de velharias fortemente maquiadas com grossas e grotescas camadas de cosméticos modernos.

O atual presidente dos EUA, o agente laranja Trump, é um pouco a síntese de tudo isso. Guiado por sua própria moralidade (portanto, sem nada que o limite), ele invade países, sequestra presidentes, taxa todo mundo, chantageia governos — tudo para fazer os EUA que não mais existem *grandes novamente*. Aqui também, “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”, como escreveu Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Numa situação como essa, quando os seres humanos se empenham em criar algo que jamais existiu, é que se começa a conjurar ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, “tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens” (MARX, [1852]). Trump assim denominou seu plano de uma “Nova Doutrina Monroe”, ou seja, a *América para os (norte-)americanos*.

Estamos, portanto, diante da seguinte situação: um contexto que se parece muito com o que compreendíamos pelo conceito de imperialismo, de forma que ou devemos admitir que ainda vivemos sob o imperialismo, ou as atitudes e ações do aspirante a rei laranja são uma espécie de anacronia que não caberia mais no novo mundo pós-tudo. Mas o problema é que cabe — tanto que apesar da gritaria e dos protestos, Trump segue como se nada houvesse, tocando em frente sua caravana apesar dos cães que ladram ou são atropelados cruelmente.

Vejamos, então, se os elementos do real ainda podem ser compreendidos a partir desse conceito. Para isso, em primeiro lugar devemos afirmar, lembrando Lênin (1976), que o *imperialismo diz respeito ao máximo desenvolvimento do capitalismo*, que concentra e centraliza os principais meios de produção, formando os monopólios e a fusão do capital industrial e bancário no capital financeiro. Esse capital monopolista altamente desenvolvido culmina na crise de superprodução e superacumulação de capitais exigindo a exportação de capitais e, portanto, a constante partilha e repartilha do mundo em áreas de influência. O critério de tal partilha é a força, e a forma da disputa é a guerra.

Lembrando que a disputa entre os monopólios, nesses termos, se apresenta como a disputa entre as nações do capital monopolista, além do fato do desenvolvimento do capitalismo ser combinado e desigual, chegamos assim ao fato que o imperialismo é marcado por guerras entre as nações.

Mesmo na época em que Lênin elaborava a teoria do imperialismo, com base em extensa pesquisa sobre o tema, muitos duvidavam de sua validade. Kautsky, por exemplo, defendia a ideia de que o capitalismo altamente desenvolvido encontraria forma mais civilizadas de partilha e procuraria evitar a guerra através de acordos entre as potências, na forma do que chamou de “hiperimperialismo”.

Vejam bem, Lênin não associou a guerra ao imperialismo por puro capricho, mas pela conclusão lógica do que define como imperialismo. A superacumulação de capitais não é uma escolha, assim como a necessidade de exportação de capitais — e, portanto, da conquista de áreas de influência — não é uma política definida pelas opções de governantes. Ainda que a definição de uma área de influência não seja determinada diretamente pela força, dizia

Lênin, isso só demonstra que a correlação de forças já havia se imposto anteriormente de forma peremptória.

Como certas nações chegam tarde à partilha, claramente o caso da Alemanha no contexto imediatamente anterior à primeira grande guerra, a única forma de provocar a repartilha do mundo é a guerra. Por este motivo, vemos nos momentos anteriores às conflagrações internacionais, um forte investimento em armamentos.

Dito isto, vejamos. Após a Segunda Guerra Mundial e diante do desenvolvimento dos armamentos nucleares, vivemos um longo período no qual a partilha do mundo se efetivou pela correlação de forças anteriormente estabelecida, parecendo dar razão a Kautsky e sua ideia de hiperimperialismo. O mundo se dividia em blocos fortemente sustentados por seus poderios militares, opondo a Otan ao Pacto de Varsóvia — o bloco capitalista ocidental impunha as condições imperialistas em sua área de influência na Américas Latina, África e Ásia, enquanto o bloco socialista furava esse bloqueio através de revoluções (Cuba, China, Coreia, Vietnã etc.) e do processo de descolonização na África e Ásia (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Sudoeste Asiático, norte da África etc.). O equilíbrio nuclear entre EUA e URSS determinava a forma da partilha naquilo que se convencionou chamar de Guerra Fria.

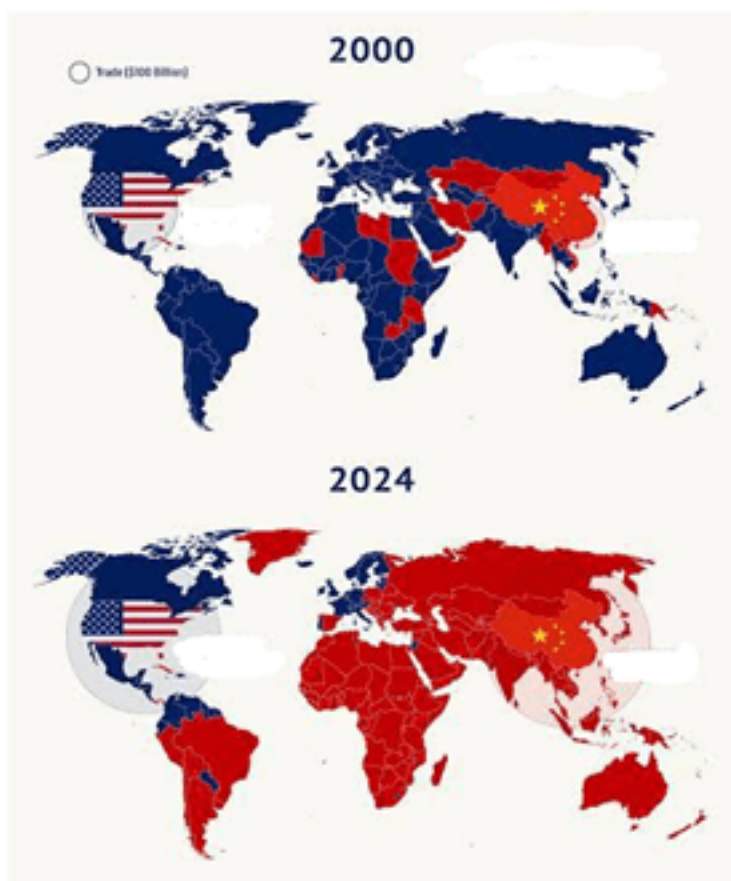
Destaquemos, no entanto, algumas constatações. Entre a década de 1950 e os anos 2000, o capitalismo cresceu na forma que lhe é própria, isto é, concentrando e centralizando capitais, monopolizando-se, intensificando a formação do capital financeiro e exportando capitais para as áreas de influência. Por um tempo, as crises de superacumulação de capitais foram amenizadas pela dinâmica Norte-Sul, ou seja, queimando capitais nas áreas de influência e poupando as potências centrais dos efeitos mais catastróficos da crise. O deslocamento das crises, primeiramente para os EUA, depois Europa ou Japão, permitiu que a dinâmica de exportação de capitais fosse regulada por meio de acordos e compartilhada entre as potências. O que é característico das crise após os anos 1980, como ressalta Mészáros em *Para além do capital* (2002), é que a acumulação de capitais encontrou barreiras que não havia como superar facilmente, fazendo com que a acumulação de capitais fosse forçada a mudar a direção para a intensificação através da reestruturação dos processos produtivos. O desmonte da URSS e a crise no Leste Europeu apresentou uma saída para a exportação de capitais e a partilha logo voltou a assumir sua forma mais explícita de rapina, como ficou evidente na infâmia cometida contra a Iugoslávia e seu desmenbramento, assim como em outros casos.

Os anos que nos separam da crise dos anos 1980 foram marcados pela violenta reconversão soviética a um tipo de capitalismo oligárquico, e pela lenta e controlada caminhada da China no sentido da economia de mercado. Os termos da partilha foram perdendo os contornos precisos do tempo da Guerra Fria, e a disputa por áreas de influência (ou fatias delas) assumiu a forma direta de uma disputa entre monopólios.

Enquanto o capitalismo oligárquico russo atolava em suas próprias contradições, a China logrou um significativo desenvolvimento econômico e tecnológico ao qual correspondeu sua presença protagonista no cenário mundial, primeiro como área que recebia os capitais e, depois, como poderosa fonte de exportação de capitais, superado em muito seus vizinhos asiáticos (Coreia do Sul e Japão).

Vejamos na imagem abaixo o impacto disso no mercado mundial:

2000: EUA 2 trilhões USD; China 474 USD.
2024: EUA 5,3 trilhões (167%); China 6,2 trilhões (1.200%)



Fonte: US Census Bureau/General Administration Customs – China (disponível [aqui](#))

O desenvolvimento combinado e desigual se inscreveu como realidade incontestável, e a partilha até então realizada não poderia prosseguir sem problemas. A posição atual dos EUA representa apenas a reação dos monopólios norte-americanos diante de uma ameaça ao controle das áreas que julgavam garantidas.

Entre 1990 e 2021 o investimento econômico direto (IED) dos EUA no mundo saltou de 48,4 bi para 367,4 bilhões de dólares, um crescimento de 659,09%, enquanto a China, no mesmo período, foi de 6,8 bi para 321,7 bi, marcando um crescimento de 4.630,88% (fonte: BNDS, 2022 a partir dos dados da Unctad). No período entre 1979 e 2010, o número de empresas chinesas fora do país cresceu de 4 para mais de 16 mil (fonte: PEI; ZHENG, 2015).

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que o crescimento das exportações de capital e o acirramento na disputa por áreas de influência tem levado ao crescente investimento no complexo industrial-militar. Os gastos militares em 2024 atingiram a maior marca dos últimos quarenta anos, com 2,718 trilhões de dólares — o correspondente a 60% do total — concentrados nos EUA, China, Rússia, Alemanha e Índia (fonte: SIPRE, Stockholm International Peace Research Institute). Até o Japão anunciou um aumento para o próximo ano de 9 trilhões de ienes (USD 58 bilhões) em seu orçamento militar.

Estamos falando de um crescimento do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, marcada pela exportação de capitais e pela necessidade de controle de áreas de influência. O critério dessa disputa segue sendo o poderio militar das nações representantes dos grandes monopólios, portanto, não adianta contornar o conceito simplesmente porque ele incomoda os espíritos delicados da pós-modernidade: aquilo que o real representa em sua substância parece ser perfeitamente adequado ao conceito de imperialismo.

Em tempos de fetichismo, os xamãs da epistemologia costumam evitar a palavra, como os crentes evitam falar do tnhoso para não invocar o capeta. Mas o que assusta a massa crédula e seus preocupados sacerdotes? Não é a sala que adentram guiados pelo conceito preciso, na qual reconhecem seus próprios moveis, suas fotos de família e seu inegável mau gosto. O que os assusta é o fato de perceberem que se trata de uma antessala em ruínas, que pode dar acesso a um novo e radiante salão; um salão que nós, que não abandonamos conceitos guiados pela moda mais recente, continuamos chamando de revolução.

Em um mundo de tantas incertezas, uma conclusão parece certa: esta disputa se resolverá no campo de batalha, e não nos civilizados salões da falecida ONU.

Referências:

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Obras Escogidas, v. 5. Moscú: Editorial Progreso, 1976 [ed. bras.: LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: **Boitempo**, 2021].

LUKÁCS, G. Que és el marxismo ortodoxo? In: *Tática y Ética: escritos tempranos*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2005.

MARX, K. O dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-ômega, [1852], s/d.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.